

Plano FHC 2 terá nova moeda indexada

Economia - Brasil

José Varella/AE

Sérgio Amaral/AE

Papel circulará junto com o cruzeiro real e poderá ser usado na compra de bens e serviços

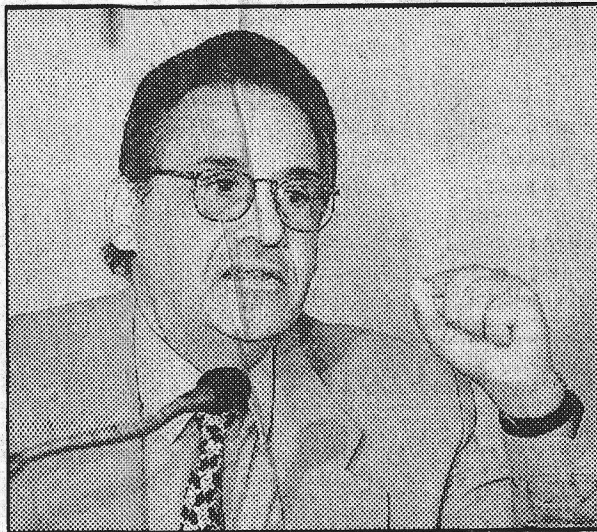
RIBAMAR OLIVEIRA

BRASÍLIA — O programa de estabilização que será anunciado nos próximos dias pelo

ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, prevê a criação de uma "moeda indexada", que

poderá ser o próprio cruzeiro real corrigido diariamente. A nova moeda será uma espécie de Obrigação Reajustável do Tesouro Nacional (ORTN), mas com uma diferença: poderá ser utilizada livremente na compra de bens e serviços. A sua cotação do dia deverá ser calculada por um índice de preço a ser definido pelo governo. De tal forma que a moeda, diariamente, estará sendo corrigida e não se desvalorizará diante da inflação.

A criação dessa moeda indexada já foi aprovada pelo presidente Itamar Franco, numa reunião no Palácio do Planalto, na sexta-feira da semana passada, e está sendo detalhada pelos dois autores da idéia: Pêrsio Arida e André Lara Resende. A equipe do ministro Fernando Henrique Cardoso, segundo um dos políticos mais ligados a Itamar, produziu uma fórmula que ele qua-



Cardoso: fórmula é um "ovo de Colombo"



Itamar: aprovação ao plano de estabilização

lificou de "ovo de Colombo". Isto porque, a "paulada" na inflação, que será realizada pelo governo, não implicará em quebra de contratos e nem em congelamento de preços. A discussão sobre o novo plano, no entanto, tem provocado atritos entre a equipe econômica e os amigos de Itamar.

Sem dolarização — Desde o início da gestão do ministro Cardoso, o presidente Itamar Franco vem descartando a idéia da criação de uma nova moeda lastreada em dólar. A divisa seria emitida por um conselho independente (currency board) e é uma das teses defendidas pelo economista André Lara Resende, atual negociador da dívida externa brasileira. O receio do presidente era o de a economia

brasileira perder sua autonomia e o País a sua soberania, ficando atrelado definitivamente à moeda norte-americana. Existiam também questões práticas delicadas: o cruzeiro real diante da nova moeda lastreada em dólar poderia virar pó no curto prazo. Para que isso não acontecesse o governo seria obrigado a fazer uma violenta elevação das taxas de juros, o que contrariava a política de Itamar. Um economista chegou a calcular que os **juros** teriam de chegar a 7% ou 8% **ao mês**, além da inflação.

Essa percepção dos problemas

da moeda lastreada em dólar provocou, ontem, a chuva de desmentidos da informação de que o presidente tinha aceito a sugestão de criar uma nova moeda. No Chile,

onde participa da cúpula presidencial com chefes de Estado latino-americanos, Itamar negou que o seu governo vá adotar duas moedas correntes. Cardoso e Resende também negaram.

Mas, se não era possível indexar uma moeda ao dólar, os assessores de Cardoso trabalharam a idéia de que ela fosse ancorada num índice de preços, uma antiga tese de Resende e Pêrsio Arida que ficou co-

**TÍTULO TERÁ
VALOR
CORRIGIDO
DIARIAMENTE**

nhecida como Plano Larida.

Inflação inercial — A idéia básica do Plano Larida é que o componente fundamental da inflação brasileira é inercial, ou seja, todos os agentes da economia procuram defender o valor real de seus ativos, numa corrida desenfreada. Como existem enormes desequilíbrios fiscais, qualquer programa de estabilização que ataque primeiro o desajuste das contas públicas não obterá resultados. É a experiência frustrada dos ex-ministros da Economia, Zélia Cardoso de Mello e Márcilio Marques Moreira, que realizaram uma brutal recessão, mas a inflação permaneceu em taxas elevadas. O que Resende e Arida defendem, então, é o ataque ao componente inercial.

A tese do novo plano de estabilização é que se não é possível impedir que as pessoas corrijam os seus preços pela inflação passada, na tentativa de evitar perdas, o melhor é permitir a indexação completa da economia. O governo está convencido também que este Plano FHC 2 — que alguns afirmam ser o verdadeiro Plano Cruzado, porque o do governo Sarney foi desvirtuado, em 1986, pelo congelamento de preços — precisa de um amplo ajuste fiscal para ser bem sucedido. Depois que este plano for anunciado à Nação, o governo terá de guerrear com o Congresso para acabar com o déficit orçamentário de 1994 de US\$ 25 bilhões.

■ Mais informações nas páginas 3, 4 e 5